

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores da

### INSTITUIÇÃO BENEFICENTE LAR DE MARIA

Santo André - SP

#### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do INSTITUIÇÃO BENEFICENTE LAR DE MARIA, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do INSTITUIÇÃO BENEFICENTE LAR DE MARIA em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



## Ênfases

### Posição financeira e patrimonial

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Entidade incorreu em déficit de R\$ 9.184.081, redução do capital circulante líquido de R\$ 14.269.237 (CCL em 2017 = R\$ 23.861.554 e CCL em 2016 = R\$ 38.130.791) e redução do fundo de reserva sem restrição de R\$ 14.649.398 (saldo em 2017 = R\$ 28.645.212 e saldo em 2016 = R\$ 43.294.610).

A redução do fundo de reserva de R\$ 14.649.398, é superior ao déficit contábil de R\$ 9.184.081, pois esse adicional de recursos do fundo de reserva, foram utilizados para aquisições de terrenos, edificações e bens gerais de imobilizado, que são contabilizados como ativo e não despesas.

Maiores detalhes dos fluxos de caixa, estão demonstrados na página 11.

O déficit no período de 2017, foi impactado principalmente pelos seguintes motivos:

- a) Redução da receita de captação de recursos telemarketing de 5,47% - (período de 2017 = R\$ 41.418.548 e período de 2016 = R\$ 43.815.422);
- b) Despesas de captação telemarketing, não reduziram na mesma proporcionalidade da redução das receitas (redução das despesas = 3,98% e redução das receitas = 5,47%, em valores foram: período de 2017 = R\$ 26.310.099 e período de 2016 = R\$ 27.401.867);
- c) Aumento das despesas da Casa 3 – Praça Lusiadas em 1.656% - (período de 2017 = R\$ 4.873.072 e período de 2016 = R\$ 277.400);
- d) Aumento das despesas da Casa 4 – Atrium em 2.048% - (período de 2017 = R\$ 2.546.103 e período de 2016 = R\$ 118.507);
- e) Aumento das despesas da Casa 5 – Mogi Guaçu em 538% - (período de 2017 = R\$ 2.845.353 e período de 2016 = R\$ 445.791);
- f) Déficit da subvenção municipal “Brasil Educação” de R\$ 2.445.415 – (receitas de R\$ 2.915.730 e despesas de R\$ 5.361.145);
- g) Déficit da subvenção municipal “SIHS” de R\$ 1.185.615 – (receitas de R\$ 607.389 e despesas de R\$ 1.793.004);

A página 8, demonstra as receitas, despesas e custos dos períodos de 2017 e de 2016. Os valores dos comentários acima, estão expressos nessa demonstração (página 8).

Destacamos a importância e necessidade da administração, estabelecer ações estratégicas que possam melhorar os resultados e viabilizar a sustentabilidade e perenidade da instituição.



### Provisão para contingências

Conforme nota explicativa 8, a Instituição possui processos de natureza tributária, cível e trabalhista, envolvendo risco de perda classificado pela administração e pelos assessores jurídicos como prováveis, possíveis e remotos. Para os processos classificados como possíveis ou remotos, e conforme norma técnica do Conselho Federal de Contabilidade, não é necessário constituir provisão para cobrir eventuais perdas.

### **Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A comunicação detalhada dos principais assuntos de auditoria no relatório do auditor, não é requerida a essa entidade, sendo compulsória apenas para as empresas que têm ações, cotas, títulos cotados e registrados em bolsas de valores, ou negociados de acordo com os regulamentos de uma bolsa de valores reconhecida ou órgão equivalente, conforme NBC TA 701 – item 5 do Conselho Federal de Contabilidade.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A administração da entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas financeiras e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso



relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Conforme NBC TA 700 – item 40(b) é compulsório apenas para as entidades listadas, o fornecimento também aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicados de todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

A descrição em nosso relatório de auditoria, dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria, conforme NBC TA 701 – item 5 é compulsório apenas as entidades listadas. A obrigatoriedade desses assuntos às entidades listadas não são aplicáveis a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 25 de abril de 2018.

## INSTITUIÇÃO BENEFICENTE LAR DE MARIA

### Balancos Patrimoniais levantados em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 Em Reais

<u>ATIVO</u>	Nota explicativa	2017	2016
<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e Bancos – recursos sem restrição		90.740	70.045
Bancos – recursos com restrição		-	15.069
Fundo de reserva – recursos sem restrição	4	28.645.212	43.294.610
Fundo de reserva – recursos com restrição		160.275	-
Contas a receber		2.518.340	2.086.625
Adiantamentos a fornecedores		41.581	600.233
Outros Adiantamentos		1.306.858	691.989
<b>Total do circulante</b>		<b>32.763.006</b>	<b>46.758.571</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
<b>Realizável a longo prazo</b>			
Outras vinculações		1.400.000	1.400.000
<b>Total do Realizável a Longo Prazo</b>	5	<b>1.400.000</b>	<b>1.400.000</b>
<b>Imobilizado</b>	6	<b>27.464.425</b>	<b>22.385.514</b>
<b>Intangível</b>		<b>84.648</b>	<b>78.403</b>
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>28.949.073</b>	<b>23.863.917</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>61.712.079</b>	<b>70.622.488</b>

Adriano Tanganeli  
Diretor – Presidente  
CPF – 124.403.498-36

Iza Terezinha Costa  
Contadora  
CRC – 1SP 198.120/O-4

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

## INSTITUIÇÃO BENEFICENTE LAR DE MARIA

### Balancos Patrimoniais levantados em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 Em Reais

<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	Nota explicativa	2017	2016
<b>CIRCULANTE</b>			
Fornecedores a pagar		517.975	480.966
Obrigações Trabalhistas	7	260.500	244.559
Obrigações Tributárias		132.167	105.822
Provisão de férias e encargos		1.193.445	1.731.988
Provisão para Contingências	8	6.757.077	5.558.656
Contas a pagar		40.288	505.789
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>8.901.452</b>	<b>8.627.780</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Patrimônio social		52.810.627	61.994.708
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>52.810.627</b>	<b>61.994.708</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>61.712.079</b>	<b>70.622.488</b>



Adriano Tanganeli  
Diretor – Presidente  
CPF – 124.403.498-36



Iza Terezinha Costa  
Contadora  
CRC – 1SP 198.120/O-4

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

## INSTITUIÇÃO BENEFICENTE LAR DE MARIA

**Demonstração do superávit (déficit) dos  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016  
Em Reais**

RECEITAS OPERACIONAIS	Nota explicativa	2017	2016
<b>Com restrição</b>			
<b>Programas de assistência social</b>			
Receitas de Subvenção Municipal – Brasil Educação	12	2.915.730	2.876.748
Receitas de Subvenção Municipal - SIHS	12	607.389	548.311
Receitas de Subvenção Municipal – Casa III	12	1.472.189	-
Receitas de Subvenção Municipal – Realiza Som	12	-	15.000
Receitas de Subvenção Municipal - casa IV	12	1.126.739	-
Receitas Trabalho Voluntário	13	80.804	155.706
		<b>6.202.851</b>	<b>3.595.765</b>
<b>Sem restrição</b>			
Captação de recursos telemarketing		41.418.548	43.815.422
Despesas de captação		(26.310.099)	(27.401.867)
Captação líquida		15.108.449	16.413.555
Receitas de Contribuições e Doações		474.151	403.729
Receitas Financeiras		3.706.896	8.217.429
Receitas Extraordinárias e diversas		76.212	76.537
		<b>19.365.708</b>	<b>25.111.250</b>
<b>Total das receitas</b>		<b>25.568.559</b>	<b>28.707.015</b>
<b>CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>			
<b>Com programas de assistência social</b>			
Despesas Departamento – Casa I – sem restrição		(10.972.421)	(11.912.063)
Despesas Convênio SIHS – com restrição		(1.793.004)	(2.570.187)
Despesas Convênio Educação – com restrição		(5.361.145)	(5.236.299)
Despesas Departamento – Casa II		(2.761.702)	(2.427.608)
Despesas Administrativas		(913.443)	(945.035)
Despesas de Assistência Social		(481.310)	(694.337)
Despesas com Depreciações		(590.729)	(528.568)
Despesas com Amortizações		(21.721)	(16.405)
Despesas com cursos profissionalizantes		(40.566)	(849.157)
Despesas Casa 3 – Praça Lusíadas		(4.873.072)	(277.400)
Despesas Casa 4 – Atrium		(2.546.103)	(118.507)
Despesas Casa 5 – Mogi Guaçu		(2.845.353)	(445.791)
Despesas Casa 6 – Rio de Janeiro		(86.890)	(141.152)
Provisões diversas		(1.201.587)	(474.060)
Despesas financeiras		(182.790)	(222.006)
Despesas com trabalho Voluntário		(80.804)	(155.707)
<b>Total das despesas</b>		<b>(34.752.640)</b>	<b>(27.014.282)</b>
<b>Superávit (déficit) do período</b>		<b>(9.184.081)</b>	<b>5.822.134</b>

Adriano Tanganeli  
Diretor – Presidente  
CPF – 124.403.498-36

Iza Terezinha Costa  
Contadora  
CRC – 1SP 198.120/O-4

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras



## INSTITUIÇÃO BENEFICENTE LAR DE MARIA

Demonstrações do resultado abrangente  
Para os períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016  
Em reais – R\$

	2017	2016
Resultado Líquido do exercício	<u>(9.184.081)</u>	<u>1.692.733</u>
Ajustes patrimoniais	-	123.926
Resultado abrangente do exercício	<u>(9.184.081)</u>	<u>1.816.659</u>



Adriano Tanganeli  
Diretor – Presidente  
CPF – 124.403.498-36



Iza Terezinha Costa  
Contadora  
CRC – 1SP 198.120/O-4

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

## INSTITUIÇÃO BENEFICENTE LAR DE MARIA

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 Em Reais

	Patrimônio social	Outras Reservas	Superávit	Total
<b>SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015</b>	<b>60.178.049</b>	-	-	<b>60.178.049</b>
Ajustes patrimoniais			123.926	123.926
Superávit do exercício			1.692.733	1.692.733
Recursos de superávit sem restrição	1.816.659		(1.816.659)	-
<b>SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016</b>	<b>61.994.708</b>	-	-	<b>61.994.708</b>
Déficit do exercício			(9.184.081)	(9.184.081)
Recursos de superávit sem restrição	(9.184.081)		9.184.081	-
<b>SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017</b>	<b>52.810.627</b>	-	-	<b>52.810.627</b>



Adriano Tanganeli  
Diretor – Presidente  
CPF – 124.403.498-36



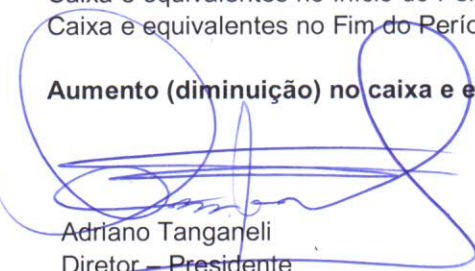
Iza Terezinha Costa  
Contadora  
CRC – 1SP 198.120/O-4


As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

## INSTITUIÇÃO BENEFICENTE LAR DE MARIA

### Demonstração dos Fluxos de Caixa Para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 Em Reais

ATIVIDADES OPERACIONAIS:	2017	2016
<b>Superávit (déficit) do período</b>	(9.184.081)	1.692.733
<b>Aumento (diminuição) dos itens que não afetam o caixa:</b>		
Depreciação e amortização	569.098	544.973
Baixas intangível	15.476	123.926
<b>Redução (aumento) do ativo</b>		
Fundo de reserva – recursos com restrição	(160.275)	138.914
Contas a receber	(431.715)	470.914
Adiantamentos a fornecedores	558.652	(589.385)
Outros Adiantamentos	(614.869)	(101.039)
Realizável a longo prazo	-	(600.000)
<b>Aumento (redução) do passivo</b>		
Fornecedores	37.009	(1.831.950)
Obrigações Trabalhistas	15.941	81.428
Obrigações Tributárias	26.345	37.787
Provisão de férias e encargos	(538.543)	(474.744)
Provisão para Contingências	1.198.421	459.509
Contas a pagar	(465.501)	313.918
<b>Geração (Utilização) de caixa proveniente das atividades operacionais</b>	<b>(8.974.132)</b>	<b>266.984</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS:</b>		
Aumento de Ativos Imobilizados e intangíveis	5.669.640	(6.533.721)
<b>Geração (Utilização) de caixa em atividades de investimentos</b>	<b>5.669.640</b>	<b>(6.533.721)</b>
<b>Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes</b>	<b>(14.643.772)</b>	<b>(6.266.737)</b>
Caixa e equivalentes no Início do Período	43.379.724	49.646.461
Caixa e equivalentes no Fim do Período	28.735.952	43.379.724
<b>Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes</b>	<b>(14.643.772)</b>	<b>(6.266.737)</b>

  
 Adriano Tanganeli  
 Diretor – Presidente  
 CPF – 124.403.498-36

  
 Iza Terezinha Costa  
 Contadora  
 CRC – 1SP 198.120/O-4

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

## INSTITUIÇÃO BENEFICENTE LAR DE MARIA

### Relatório de Atividades do ano de 2017 – Relatório de Administração da Diretoria

Prezados Sócios,

Cumprindo com as disposições legais e estatutárias, acompanhados desse relatório, submetemos à Assembleia Geral e aos demais interessados, o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Contábeis relativos ao exercício findo em 31/12/2017, acompanhadas do Parecer dos Auditores e do Conselho Fiscal.

Importa salientar que o Departamento de Arrecadação (Telemarketing), desenvolvido como Atividade meio, tem significativa relevância para o custeio de nossas Unidades, pois ainda é, em grande parte, quem garante a sustentabilidade da Instituição e que, embora em todo exercício de 2017, tenha apresentado contínuo decréscimo em sua arrecadação dado a crise econômica que assola o país, foi seu desempenho quem permitiu no exercício de 2017, manter o quadro de funcionários, e ainda, foram as reservas de seu superavit quem nos permitiu terminar de construir espaços adequados para a infância e adolescência, tanto na Unidade 3 como na Unidade 5, de forma a imprimir a dignidade necessária para o atendimento de nossos usuários. Assim, a construção de um ambiente físico em conformidade com a lei de diretrizes de bases justifica o gasto realizado para com a Unidade 3 e 5, de modo a estar apto a receber o Alvará de funcionamento para a Educação Infantil nossa área de preponderância e ainda os espaços adequados para atender ao SUAS, naquilo que diz respeito a crianças e adolescentes entre 06 e 15 anos e seus familiares.

A educação infantil esteve pautada no tripé cuidar, brincar e educar e permeou todas as possibilidades que garantissem a oportunidade de desenvolvimento global das crianças, inclusive com a preocupação de analisar cada criança e ainda, orientar a equipe sempre que encontramos atraso no desenvolvimento motor, situação recorrente em nossa realidade, sobretudo, por prestar atendimento a crianças, cujas famílias trazem histórico da drogadição.

Outrossim, para além da adequação de todos os espaços, o que implicou na manutenção predial da Unidade 1, e na Unidade 2 e mais dispendioso, o término da construção do prédio da unidade 3, bem como a adequação do prédio do imóvel rural para a Unidade 5, conseguimos manter uma agenda de capacitação continuada para os educadores, em vista a garantir o protagonismo e o exercício cidadão de cada um dos usuários, para que continuem sendo respeitados em seu desenvolvimento e período sensível no processo de ensinagem, cuja filosofia exige de cada um, empenho e consistência teórico-prática para manter a proposta pedagógica instituída pela IBLM. Entretanto, a crise econômica reflete significativamente em nossa atividade meio e assim, dado a queda contínua em nossa arrecadação, nos vimos obrigados, no final desse exercício, a devolver o prédio público em que funcionava nossa Unidade 4, cedido pela municipalidade local, em vista a minimizar nossos custos. Essa difícil decisão foi concretizada em dezembro de 2017.



É preciso considerar ainda que as condições de acesso e permanência de todo o Programa de Educação Infantil, área de preponderância de nossos serviços, significou cuidar da infância em vista a assegurar-lhes direitos, com respeito e dignidade. Para tanto, para além do espaço físico que implicou nas reformas e construções acima descritas, continuamos a investir em salas devidamente equipadas com materiais pedagógicos específicos para cada faixa etária.

Quanto ao aspecto de Assistência Social, reordenamos todo o serviço, procedemos uma triagem de adequação para todas as famílias que frequentavam a IBLM em 2017, em vista a análise socioeconômica para certificar que elas atendem a Resolução 15/2017 e também às onze prioridades desenhadas pelo MDS – Ministério do Desenvolvimento Social para por meio do SCFV. Ainda no que diz respeito ao desenvolvimento do SCFV, construímos em 2017, um livro denominado “Trilhas do Alvorada” criado pelas histórias de vida de mães e mulheres da Comunidade da Unidade 5, bairro rural e de difícil acesso aos serviços e ativos sociais e que retrata, a distância e a necessidade de um trabalho social voltado para a Violência e Violência sexual doméstica. Este livro foi publicado pela IBLM no presente exercício como um grito de alerta contra a violência doméstica e demonstrando amplitude de uma intervenção social, pautada na escuta qualificada e na certeza do protagonismo de nossos usuários, preconizados pelo SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

Ainda no atendimento ao SCFV, as oficinas utilizadas como instrumento de convivência social, protagonismo e cidadania, para além das aquisições de respeito, cooperação, espírito de grupo, compromisso de equipe, cumprimento de acordos e combinados, deu continuidade na participação de nosso grupo de adolescentes, no aspecto esportivo, aos campeonatos locais trazendo ganhos de destaque da IBLM para cenário socioeducativo da cidade e coroando o esforço da equipe com medalhas em várias categorias esportivas. Dessa maneira, longe da preocupação com a competição materializou-se a convivência comunitária e o fortalecimento dos vínculos familiar e social.

Nossa estratégia de gestão vem demonstrando que os serviços prestados pela IBLM imprimem uma característica importante no trabalho que se propõe, ou seja, atende usuários de toda a cidade respeitando sua territorialidade, em vista a garantir a cada família, a identidade com seu local de moradia e a auto estima com os locais de sua abrangência social. Nesse aspecto, atendemos hoje no território da Unidade 1 que abrange o território do Jardim Bom Pastor e Jardim Cristiane, 502 crianças na Educação Infantil e 259 adolescentes no Programa sócio educativo, enquanto que a unidade 2, que responde pelo Território do Jardim Aclimação, passou a atender 198 adolescentes no Programa Socioeducativo. Na Unidade 3 – Região de Vila Luzita, atendemos 314 crianças na modalidade Educação Infantil; na Unidade 4 que abrange os bairros Cidade São Jorge, Alzira Franco I e II, Jd Mareck, Capuava, atendemos até dezembro de 2017 a 144 crianças, enquanto que na Unidade 5 – Região da Chácara Alvorada (Território Rural) em Mogi Guaçu, 120 crianças na Educação Infantil. (Entende-se Educação Infantil voltado para crianças de 4 meses até 5 anos e 7 meses e Programa sócio educativo para crianças e adolescentes entre 5 anos e 8 meses até 15 anos e 7 meses).

Insistimos em registrar mais uma vez que nossa estrutura tem a preocupação primordial de defender o direito de a criança ser criança, do adolescente adolescer e das famílias se constituírem como matricialidade no desenvolvimento de cada um de seus membros, em um constante processo de consciência capaz de lhes levar ao protagonismo e a autonomia. Assim, entendemos que a qualidade perseguida por nossos serviços expressa sobretudo, o desejo de garantir transparência, respeito para uma parcela da população que, não raras vezes, se tornou invisível para a sociedade ou ainda que, quando elas aparecem, quase sempre causam vergonha para uma nação que carrega consigo o fosso da pobreza e da vulnerabilidade provocada pelas diversas formas de desigualdade social e todas as possíveis expressões sociais que dela advém, sobretudo a violência, em todas as suas formas, escondida e velada.

Para garantir a continuidade de todos esses serviços e com preocupação de ampliarmos nossa capacidade de recursos, inauguramos em Outubro/2017 uma academia de modo a oferecer opção de esporte saúde a custo competitivo, para colaboradores e comunidade local. Essa frente nos exigiu investimento em adequação do espaço físico e aquisição de equipamentos

Por fim, é importante considerar que sem a participação de nossos colaboradores e voluntários toda essa empreitada e toda a consequência dela advinda como resultado social, não poderia se materializar. Desse modo, fica aqui nosso profundo agradecimento para cada um daqueles que enxergaram na nossa proposta, a expressão da solidariedade e da justiça social.

#### QUADRO SINTÉTICO DO IMPACTO SOCIAL EM 2017

1633	Crianças e Adolescentes inscritas nos Programas Ed. Infantil e Socioeducativo
826	Manutenção de emprego
100%	De permanência na escola
10	Capacitação continuada para educadores
2.010	Atendimento Psicossocial
75	Atendimento Psicológico
4.721	Orientação Social
139	Reuniões Grupo
828	Reuniões Internas
104	Reuniões Externas
972.781	Refeições Servidas
855	Visitas domiciliares
767	Encaminhamentos a rede
614	Supervisão pedagógica
4.449 m <sup>2</sup>	Construção e Benfeitoria realizada no decorrer do exercício na unidade 3
5.561 m <sup>2</sup>	Benfeitoria realizada no decorrer do exercício na unidade 5

Santo André, abril de 2018  
**ADRIANO TANGANELI**  
 Diretor - Presidente



## **INSTITUIÇÃO BENEFICENTE LAR DE MARIA**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 Em Reais**

---

#### **1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A **INSTITUIÇÃO BENEFICENTE LAR DE MARIA**, fundada em 1963, é uma Sociedade Civil de natureza e finalidades filantrópicas de caráter geral, sem intuítos lucrativos, com sede e foro em Santo André, Estado de São Paulo.

Constituem os objetivos da instituição:

- a) Atender a famílias, crianças e adolescente carente da região de Santo André;
- b) Normalizar a vida prática, sensorial, iniciação a linguagem, ciências e pesquisas;

#### **2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, e especificamente a ITG 2002 (R1), aplicável a Entidades Sem Finalidade de Lucros e demais disposições complementares.

#### **3. PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS**

##### **a) Moeda funcional e de apresentação**

As Demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Entidade.

##### **b) Apuração das receitas e despesas**

As receitas e despesas são registradas considerando o regime de competência de exercícios.



### c) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos, e outras transações. As demonstrações incluem, portanto, estimativas referentes a provisões, créditos a receber e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

### d) Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não-derivativos incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis, contas a pagar e outras obrigações.

### e) Ativos circulantes e não circulantes

#### Disponibilidades – caixa e equivalentes de caixa

Os valores registrados em disponibilidades referem-se a saldos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediatas com baixo risco de variação no valor de mercado, e consideradas como equivalentes de caixa.

### f) Fundo de reserva

São recursos aplicados e registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

#### Ativo imobilizado

Correspondem aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens da entidade. É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens.

#### Ativo Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

#### Redução ao valor recuperável

Não houve indicações de perda de valor do ativo imobilizado. Portanto, a Entidade não identificou qualquer evidência que justifica a necessidade de provisão.



#### g) Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

#### Provisões

As provisões são reconhecidas, quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

#### 4. FUNDO DE RESERVA – sem restrição

	2017	2016
Banco do Brasil	6.488.531	11.373.421
Banco Santander	1.571.043	9.817.341
Banco Bradesco	1.887.374	4.539.029
Banco Itaú CDB	-	22.425
Caixa Econômica Federal	18.698.264	17.542.394
<b>Total</b>	<b><u>28.645.212</u></b>	<b><u>43.294.610</u></b>

O Fundo de Reserva são recursos destinados para investimentos futuros de ampliação física das unidades de atendimentos, construções, reformas e aquisições de bens do ativo imobilizado. Adicionalmente o fundo poderá ser utilizado para cobrir eventuais custos, perdas futuras e passivo trabalhista.

#### 5. REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

	2017	2016
Títulos de capitalização	1.400.000	1.400.000
<b>Total</b>	<b><u>1.400.000</u></b>	<b><u>1.400.000</u></b>

Os rendimentos e receitas financeiras dessas aplicações, serão auferidas no momentos de seu resgate.



## 6. IMOBILIZADO

	Taxa Deprec.	2017		2016	
		Custo	Depreciação Acumulada	Imobilizado Líquido	Imobilizado Líquido
Terrenos		9.044.263	-	9.044.263	7.624.263
Edificações	4%	16.125.069	(218.747)	15.906.322	12.550.868
Móveis e utensílios	10%	784.305	(68.076)	716.229	450.686
Máquinas e Equipamentos	10%	1.258.199	(121.346)	1.136.853	729.549
Veículos	20%	183.101	(49.966)	133.135	183.101
Instalações Diversas	10%	14.183	(2.680)	11.503	14.183
Equipamentos de informática	20%	603.870	(127.960)	475.910	450.214
Instrumentos musicais		7.669	-	7.669	4.969
Equipamentos de academia	10%	34.396	(1.955)	32.541	
Imobilizado em andamento		-	-	-	377.682
<b>Total</b>		<b>28.055.155</b>	<b>(590.730)</b>	<b>27.464.425</b>	<b>22.385.514</b>

## 7. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	2017	2016
Ordenados a Pagar	-	-
Previdência Social	221.122	207.597
FGTS	-	-
Contribuição Sindical a Recolher	8.900	3.780
Outras obrigações	30.478	33.182
<b>Total</b>	<b>260.500</b>	<b>244.559</b>

## 8. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Entidade possui processos tributários e trabalhistas em andamento que envolve responsabilidades contingentes. Os processos se encontram em fase de defesa. As provisões para contingências são estabelecidas pela Administração da Entidade, levando-se em consideração a opinião dos assessores jurídicos, por valores considerados nas estimativas de perdas prováveis para as causas trabalhistas, e conservadorismo para as causas do ICMS e PIS.

Esses valores estão assim demonstrados:

	2017	2016
Trabalhistas	2.043.464	1.124.503
Cíveis	-	-
ICMS sobre serviços de comunicação (a)	3.214.155	3.036.455
PIS sobre folha de salários (b)	1.499.458	1.397.698
<b>Total</b>	<b>6.757.077</b>	<b>5.558.656</b>

- a) O artigo 150, inciso VI, letra “c” da Constituição Federal, determina que é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, instituir impostos sobre patrimônio, renda ou serviços das instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos. Portanto, a Entidade busca provimento judicial para desobrigá-la do pagamento de valores a título de ICMS sobre ligações telefônicas que faz para pedir doações.
- b) Foi concedida parcialmente tutela antecipada para o não recolhimento do PIS, pois a Entidade entende que tais cobranças são inconstitucionais.

A Entidade possui outros processos de natureza Cível, tributária e trabalhista, que não estão classificados pela Administração e pelos assessores jurídicos como perdas prováveis, por estarem em fase de recursos, portanto, não foi constituída a provisão para os referidos processos conforme normas do Conselho Federal de Contabilidade.

## 9. COMPOSIÇÃO DAS GRATUIDADES

A Entidade utiliza integralmente seus recursos em atividades gratuitas. As gratuidades concedidas através de seus Projetos Assistenciais estão demonstradas da seguinte forma:

Período de 2017:

	Atendimentos		Recursos – R\$	
	Quantidade	%	R\$	%
Despesas de recursos próprios	(a)		25.369.428	73%
Despesas de recursos governamentais	(a)		9.383.212	27%
Despesas de recursos de outros convênios				
<b>Total geral</b>			<b>34.752.640</b>	<b>100%</b>

- (a) Na distribuição de atendimentos, os recursos governamentais não remuneraram alguns custos como: Alimentação, vestuário, medicamentos, recreações e outros custos. Demais custos como: Material pedagógico, material de consumo, salários, transporte, e outros, são pagos por recursos governamentais apenas parcialmente, sendo que o total de custos incorridos são complementados por recursos próprios.



Período de 2016:

	Atendimentos		Recursos – R\$	
	Quantidade	%	R\$	%
Despesas de recursos próprios	(a)		19.720.426	73%
Despesas de recursos governamentais	(a)		7.293.856	27%
Despesas de recursos de outros convênios				
<b>Total geral</b>			<b>27.014.282</b>	<b>100%</b>

(b) Na distribuição de atendimentos, os recursos governamentais não remuneraram alguns custos como: Alimentação, vestuário, medicamentos, recreações e outros custos. Demais custos como: Material pedagógico, material de consumo, salários, transporte, e outros, são pagos por recursos governamentais apenas parcialmente, sendo que o total de custos incorridos são complementados por recursos próprios.

## 10. APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos da entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais, de conformidade com seu Estatuto Social, demonstrados pelas suas despesas e investimentos patrimoniais.

## 11. ISENÇÕES USUFRUÍDAS E RENÚNCIA FISCAL

	2017	2016
INSS cota patronal	5.817.569	4.908.031
INSS RAT	296.583	245.721
INSS terceiros	1.347.185	1.105.263
Imposto de Renda Pessoa Jurídica	-	423.183
Contribuição Social sobre Lucros	-	152.346
ISS	2.593.933	2.805.444
PIS sobre receitas	337.211	364.707
COFINS sobre receitas	1.556.360	1.683.266
IPTU	-	-
IPVA	-	-
Impostos e contribuições com isenções específicas	-	-
<b>Total</b>	<b>11.948.841</b>	<b>11.687.961</b>



## 12. SUBVENÇÕES RECEBIDAS – GOVERNAMENTAIS – Recursos de aplicação restrita

Modalidade e Órgão	Projeto	Responsabilidades Decorrentes	2017	2016
Receitas de Subvenção Municipal – Brasil Educação	Secretaria da educação. Atende 514 crianças de 04 meses a 05 anos e 11 meses	A educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurando-lhe a formação comum e indispensável para o exercício da cidadania além de fornecer-lhes meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores. A educação Infantil, 1ª etapa da educação básica tem como finalidade promover o desenvolvimento integral da criança até 06 anos de idade, em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade	2.915.730	2.876.748
Receitas de Subvenção Municipal - SIHS	Secretaria da inclusão. Atende 486 crianças 06 a 15 anos.	O objetivo da Inclusão é propiciar aos educandos o contato direto com oficinas socioeducativas, possibilitando o processo reflexivo sobre a atual realidade a qual estão inseridos. Despertando suas habilidades e potencialidades para o desenvolvimento crítico e construtivo, na perspectiva da construção do projeto de vida individual e coletivo, em vista a fortalecer os vínculos e promover a convivência social, familiar e comunitária.	607.389	548.311
Receita Secr. De Governo – Projeto Realiza Som		Lei Municipal 9841 de 2016 e o Decreto 16804/16 regulamenta a utilização da verba parlamentar bem como a prestação de conta junto TCESP (01/16) e cuja verba for destinada para a reforma uma sala acústica que permitirá o desenvolvimento de oficinas musicais sem produção de ruídos externos inferindo no desenvolvimento de outros programas e no bem-estar da comunidade. Público alvo de 16.000 crianças e adolescentes e comunidade.	-	15.000

*Ar B*

Modalidade e Órgão	Projeto	Responsabilidades Decorrentes	2017	2016
Receitas de Subvenção Municipal – Casa III	Secretaria da Educação. Atendimento de 305 crianças em creche e pré-escola. Faixa etária de 04 meses a 05 anos e 7 meses de idade.	A educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurando-lhe a formação comum e indispensável para o exercício da cidadania além de fornecer-lhes meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores. A educação Infantil, 1ª etapa da educação básica tem como finalidade promover o desenvolvimento integral da criança até 06 anos de idade, em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.	1.472.189	-
Receitas de Subvenção Municipal – Casa IV	Secretaria da Educação. Atendimento de 144 crianças em creche e pré-escola. Faixa etária de 04 meses a 05 anos e 7 meses de idade.	A educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurando-lhe a formação comum e indispensável para o exercício da cidadania além de fornecer-lhes meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores. A educação Infantil, 1ª etapa da educação básica tem como finalidade promover o desenvolvimento integral da criança até 06 anos de idade, em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.	1.126.739	-

### 13. TRABALHO VOLUNTÁRIO

Conforme Resolução 1.409 – ITG 2002 (R1) do Conselho Federal de Contabilidade, no item 19, o trabalho voluntário deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro. De acordo com o Apêndice “A” desta Resolução, o trabalho voluntário deve ser tratado em receitas e despesas no mesmo valor e não afetando o resultado final de superávit e ou déficit.

### 14. SEGUROS

A Entidade possui seguros contra incêndios, raio, explosão, vendaval, danos elétricos e despesas fixas com valores de cobertura considerados suficientes pela administração.

Adriano Tanganeli  
Diretor – Presidente  
CPF – 124.403.498-36

Iza Terezinha Costa  
Contadora  
CRC – 1SP 198.120/O-4